



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682428 - TO (2021/0232867-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : ARTUR SOUSA AGUIAR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ARTUR SOUSA AGUIAR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC n. 0005377-41.2021.8.27.2700/TO).

O paciente foi preso preventivamente e pronunciado por suposta prática do delito descrito no 121, § 2º, incisos II (motivo fútil), IV (recurso que dificultou a defesa da ofendida) e VI (em razão da condição de sexo feminino), na forma do artigo 14, inciso II, do Código Penal, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

O impetrante sustenta a carência de motivação idônea para a decretação e manutenção da segregação cautelar do paciente, ante a ausência dos requisitos autorizadores da medida extrema previstos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal.

Salienta que o paciente é primário, possui bons antecedentes, não tem envolvimento com qualquer outro delito, o que demonstra sua aptidão para responder ao processo em liberdade.

Destaca a possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedida a liberdade ao paciente, com ou sem aplicação das medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se, em uma análise ainda preliminar do feito, que foi devidamente fundamentada a manutenção da custódia cautelar do paciente pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos (e-STJ fls. 16-20):

No caso, tenho que a decisão que manteve a prisão cautelar do Paciente encontra-se devidamente fundamentada, tendo a autoridade impetrada deitado as razões pelas quais entendeu necessária a cautelar extrema, observando os permissivos legais contidos nos artigos 312 e 313, I, do CPP.

A autoridade impetrada manteve a prisão preventiva quando da prolação da decisão de pronúncia, como forma de acautelar o meio social, remetendo às razões que ensejaram a prisão preventiva do

acusado, bem com a decisão que reexaminou a sua prisão cautelar, por haver fortes indícios de autoria por parte do paciente, bem como ante a gravidade da conduta delitiva, a forma como foi praticado.

(...)

Percebe-se, pois, que, ao contrário do que alegado na impetração, a prisão cautelar do Paciente está lastreada em elementos concretos, os quais foram devidamente apontados pelo juiz singular, pelo que a tese de ausência de fundamentos concretos não se revela pertinente.

Por tais razões, tenho por inexistente qualquer constrangimento ilegal a viciar a medida cautelar extrema a que submetido o Paciente, seja porque observadas as regras contidas nos artigos 312 e 313, I, do CPP, seja porque se afigura razoável e proporcional às circunstâncias apresentadas nos autos, diante do modo como foi cometido o crime que justifica a adoção de cautela para se resguardar a ordem social. E esse fator foi bem ponderado pelo magistrado singular.

(...)

In casu, impossível verificar constrangimento ilegal na decisão hostilizada, uma vez que esta possui fundamentos sólidos e robustos que autorizam o ergastulamento preventivo.

Ademais, a negativa de pretensão de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão leva em consideração exatamente o fato de serem inadequadas e insuficientes para garantia da ordem pública quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei n.º 12.403/2011.

Concluo, assim, que o julgador primevo fundamentou a decisão sob a ótica em aspectos subjetivos capazes de justificar a prisão do Paciente.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência